



**ACÓRDÃO Nº1559/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 12962/2021.**
- 2- **Assunto:** Embargos de Declaração.
- 3- **Embargante:** Gean Campos de Barros.
- 4- **Advogado:** Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Any Gresy Carvalho da Silva - OAB/AM 12438, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428 e Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897.
- 5- **Procurador de Contas Oficiante do Processo:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva.
- 6- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Embargos de Declaração.

*Conhecimento. Não Provimento. Ciência.  
Arquivamento.*

**7- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “F”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento oral do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 7.1. **Conhecer** dos Embargos de Declaração, opostos pelo **Sr. Gean Campos de Barros**, Prefeito de **Lábrea**, através de seus advogados, contra o Parecer Prévio nº 62/2023 – TCE- Tribunal Pleno (fls. 1248/1256), de acordo com o art. 63, da Lei nº 2423/1996 e com o art. 148, da Resolução nº 04/2002;
- 7.2. **Negar Provimento** aos Embargos de Declaração, opostos pelo **Sr. Gean Campos de Barros**, Prefeito de Lábrea, através de seus advogados, contra o Parecer Prévio nº 62/2023 – TCE- Tribunal Pleno (fls. 1248/1256), de acordo com o art. 63, da Lei nº 2423/1996 e com o art. 148, da Resolução nº 04/2002, uma vez que inexistente contradição no Parecer Prévio nº 62/2023 – TCE- Tribunal Pleno (fls. 1248/1256);
- 7.3. **Dar ciência** ao **Sr. Fábio Nunes Bandeira de Melo**, advogado inscrito na OAB/AM Nº 4331, patrono do **Sr. Gean Campos de Barros**, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, por ventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002;



**ACÓRDÃO Nº1559/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**7.4. Arquivar** o processo, após cumpridos os prazos regimentais.

**8- Ata:** 25ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**9- Data da Sessão:** 25 de Julho de 2023.

**10- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

**10.1. Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

**11- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES**  
Procuradora-Geral, em substituição